

# As “dobradas” e a rede de mobilização política paulistana nas eleições de 2018 e 2020

Telma Hoyler e Eduardo Marques

## Introdução

A maior parte da ciência política, não apenas brasileira, considera que a política local não tem importância significativa, ou teria relevância apenas para locais (Judd, 2004). Estudos de dois fenômenos representam exceções a isso - o chamado *reverse coattail* (Ames 1994, Samuels 2000), que descreve os efeitos de níveis locais sobre resultados eleitorais de outros níveis, e o clientelismo, usualmente considerado como um conjunto impreciso de práticas que desorganizaria/deturpariam a representação política (Stokes et. al, 2013). Segundo interpretações predominantes da literatura comparativista, sobretudo estrangeira, políticos teriam comportamento personalista e distributivista (Ames 1994), mesmo que já se tenha demonstrado que esses são matizados pelas estruturas partidárias e aspectos institucionais (Avelino et. al., 2012). A coordenação partidária estaria esgarçada entre essas duas dimensões – personalista e institucional.

Na contramão das interpretações vigentes, entretanto, mostramos aqui que a política local tem um papel central na coordenação partidária. Para entendermos o fenômeno, entretanto, o foco analítico deve ser deslocado do voto pessoal e das motivações individuais, como no caso dos estudos sobre clientelismo, para o estudo dos detalhes da mobilização política em sua própria escala de operação. Isso porque embora os cargos em disputa em cada eleição digam respeito a diferentes escalas de poder, os votos sempre se localizam no território, organizando o sistema a partir dos níveis mais locais da federação. A máxima norte-americana de que “*all politics is local*” resume a percepção de que mesmo a eleição presidencial, ao fim e ao cabo, se ancora e depende das escalas mais desagregadas dos sistemas políticos.

Nesse artigo, exploramos o fenômeno pela análise de uma rede de mobilização política eleitoral centrada em um vereador em São Paulo em duas eleições (municipal e

nacional), partindo de detalhado levantamento de campo com entrevistas e observação participante sobre vínculos e práticas dos candidatos e seus operadores/apoiadores (XXX, 2022). Exatamente porque o voto pessoal existe, mas está imerso em estruturas relacionais locais de disputa e cooperação política, a estrutura e a dinâmica dessas redes geram coordenação através de estruturas de vínculos que conectam verticalmente o sistema político. Tais relações costuram grupos políticos internos aos partidos ou acordos políticos, que usualmente se convertem nas chamadas dobradas eleitorais. Essa prática conecta candidaturas de diferentes níveis com variados graus de formalização.

Duas dimensões especificam os limites da generalização dos resultados apresentados deste artigo. O primeiro é o tamanho, em termos de população e de território, da mobilização requerida. A importância do que analisamos aqui cresce com o aumento da escala requerida para o funcionamento de um dado contexto político, sendo relativamente desimportante em cidades pequenas. A segunda dimensão diz respeito ao grau em que o acesso a políticas, serviços e às instituições em geral depende de mediação política. Assim como no caso da escala, essa dimensão é contínua, variando entre dois polos que podem ser pensados como ideais-tipo, tendo em um extremo sistemas políticos marcados por intenso clientelismo e no outro formas despersonalizadas e não mediada de acesso ao Estado. Há razões para defender que o caso brasileiro se localize em ponto intermediário entre patronagem e universalização, mas a escala populacional e territorial de São Paulo posiciona o caso em uma posição extrema com relação à primeira dimensão.

Cabe ainda uma advertência metodológica que na verdade decorre de um aprendizado empírico: partimos da ambição de mapear a totalidade das dobradas eleitorais de um partido em duas eleições federais e estaduais, objetivando investigar sistematicamente a estrutura das alianças no tempo. Entretanto, o fenômeno se mostrou muito mais heterogêneo, dinâmico e informal do que imaginávamos, tornando impossível capturá-lo por técnicas tradicionais de levantamentos de dados. As entrevistas iniciais revelaram que coordenadores de campanha e os políticos em si, quando muito, lembravam das suas dobradas principais, aquelas que se repetem por vínculos de amizade entre políticos, por exemplo, mas não das (muitas) alianças pontuais em variados territórios da cidade. Levando isso em conta, bem como as perguntas que a literatura ainda se faz sobre o funcionamento da coordenação partidária, decidimos investigar qualitativamente a mobilização política de um vereador a partir de um dado território, seguindo a partir daí por técnicas de bola de neve.

O artigo é dividido em quatro partes além dessa introdução e da conclusão. A seguir, discutimos as principais explicações para a coordenação entre eleições, assim como definimos pontos de vista conceituais importantes. A segunda seção propõe uma nova teorização para o fenômeno. A terceira seção se inicia descrevendo os procedimentos da pesquisa, para depois analisar a rede de mobilização política local, incluindo a formação e a manutenção de vínculos a partir de histórias e episódios. A análise se centra principalmente na eleição de 2018, acrescentando informações da eleição de 2020 para controlar suas transformações. A conclusão, ao final, sumariza os padrões mais gerais extraídos das redes, em diálogo com a literatura que trata do tema.

## **1. Explicações existentes para a coordenação partidária**

Independente de aceitarmos a predominância causal de estruturas partidárias, de incentivos institucionais ou do personalismo em estratégias eleitorais, parece consenso que o arranjo federativo brasileiro dificulta que partidos se coordenem internamente. A questão está na raiz de alguns dos debates cruciais da literatura de política comparada (Mainwaring, 1999; Carey e Shugart, 1995), e é central para entendermos o funcionamento do sistema político brasileiro por várias razões.

Em primeiro lugar, apesar da organização dos partidos brasileiros contar com uma estrutura de convenções, direções e instâncias federais e estaduais, é relativamente descentralizada a partir da operação por diretórios municipais ou comissões provisórias (Ribeiro, 2013; Guarnieri, 2011). Com isso, alianças inter ou intrapartidárias não se repetem necessariamente nos estados e municípios. Diretórios municipais podem, por exemplo, se rebelar contra decisões de outros níveis do partido levando à não replicação local de alianças que ocorrem no nível nacional, como ocorre com frequência. Um segundo fator que dificulta a articulação intrapartidária é o estatuto soberano do nível municipal em nossa federação. Prefeitos têm autoridade sobre políticas públicas e os municípios são lugar importantes de disputa política (Arretche, 2010). Um terceiro fator é a adoção de lista aberta em eleições proporcionais em distritos de grande magnitude para os cargos do Legislativo. Deixando de lado por um instante as derivações dedutivas que parte da literatura do distributivismo faz dessas regras, é certo que induzem componentes personalistas às disputas partidárias, gerando competição entre candidatos de um mesmo partido, fator conhecido na literatura como voto pessoal (Carey e Shugart, 1995; Mainwaring, 1999).

Decorreria do voto pessoal a baixa lealdade partidária entre candidatos, e sobretudo entre lideranças municipais e candidatos a outros níveis do mesmo partido, enfraquecendo ou mesmo anulando a capacidade de transferência dos partidos entre níveis da federação, os denominados *coattail* e *reverse coattail effects*. O primeiro pode ser entendido como a capacidade de um candidato de mais alto nível transferir votos para seus companheiros de partido concorrendo a cargos mais abaixo, enquanto o segundo diz respeito ao efeito inverso, isto é, à transferência de votos de baixo para cima. Estudos têm progressivamente mostrado a existência de tais efeitos, sugerindo que mesmo que o voto pessoal seja relevante, não age sozinho e de forma predominante.

Ames (1994), ao examinar a correlação entre a filiação do prefeito e o desempenho de candidatos na eleição presidencial de 1989, encontrou que candidatos à presidência tiveram desempenho superior nos municípios nos quais seu partido governava, o chamado “*coattail reverso*”. Examinando dados das eleições no Brasil nos períodos democráticos (1945-64; 1989-98), Samuels (2000) também defendeu evidências de efeito reverso, cuja influência fluiria dos governadores para o nível nacional. Carneiro e de Almeida (2008) avançaram neste problema ao demonstrar que há correlação entre a votação dos partidos para diferentes níveis, sendo a votação para governador a variável que tem maior efeito sobre votações para deputado federal e estadual, e a votação para prefeito a de maior influência para vereadores. Avelino et al (2012) também identificaram a vantagem que partidos tiveram ao eleger prefeitos em 2008 para as eleições proporcionais estaduais de 2010. Barone (2014), por fim, encontrou o mesmo efeito dos partidos dos prefeitos em outros níveis, avançando metodologicamente para isolar o efeito partidário de outros fatores, como o sucesso do prefeito ao longo do mandato.

Diferentemente da política norte-americana (Ferejohn e Calvert, 1984; Golder, 2006), não estão ainda muito claros os mecanismos em operação no sistema brasileiro. As interpretações, entretanto, convergem para duas explicações. De um lado, autores têm atribuído aos partidos a articulação interna que levaria aos resultados observados. Nesse caso, a inferência é dedutiva. Ao salientar a habilidade dos partidos de organizar esforços eleitorais não somente nas eleições de um mesmo nível, mas entre diferentes níveis, Carneiro e Almeida (2008) sugerem que isso seria fruto da capacidade de articulação entre os níveis de organização partidária. Formulação semelhante é feita por Avelino et. al. (2012, p. 988), embora de forma algo tautológica: “Se não existir articulação intrapartidária não haveria motivo para um prefeito eleito por partido cooperar sistematicamente com os candidatos do seu partido nas eleições que ocorrem dois anos

depois dele ser eleito”. Alguns autores (Souza, 2020; Mesquita, 2013) chegam ainda a tratar indistintamente de “articulação” e “coordenação” intrapartidária. O uso do termo coordenação, ainda mais do que “articulação”, embora raramente venha acompanhado do significado que se atribui a ele, alude à existência de um planejamento prévio das instâncias decisórias dos partidos sobre os alinhamentos das campanhas e mesmo dos candidatos. Independente do termo que se utilize, ele diz respeito ao efeito observado e não a como este se produz, aspecto que nos interessa mostrar nesse artigo.

De outro lado, autores deduzem que redes clientelistas ligando máquinas políticas locais às nacionais explicariam o efeito observado. Samuels (2000) atribui aos governadores, que segundo o autor são políticos centrais para o efeito de *reverse coattail*, a mobilização que a redes clientelistas trariam para a disputa eleitoral. De modo similar, para Ames (1994), organizações políticas locais se juntam a classe, raça e religião para explicar os resultados eleitorais em nações em desenvolvimento como as da América Latina. O autor explicitamente diferencia o esforço de lideranças políticas de entregar votos às lideranças de sua preferência, dos laços afetivos vinculando cidadãos a suas comunidades.<sup>1</sup> O autor menciona estudos sobre clientelismo no México e na Venezuela para evidenciar o fenômeno e deduz que se essas organizações são importantes, elas devem afetar o resultado eleitoral supranacional.

Ainda que seja parte da explicação central, clientelismo aparece citado pelos autores de forma meramente alusiva e dedutiva. É verdade que seus estudos se posicionam em outra escala e não se preocupam em desvendar a construção dos vínculos em questão, mas pulam rápido demais para concluir sobre os efeitos de tais práticas na representação política democrática.

Classicamente, no Brasil o clientelismo foi pensado na sua forma mais direta como “voto de cabresto”, representando uma certa permanência de formas de representação antigas, pré-modernas e pré-democráticas nas formações políticas contemporâneas (Scott 1977; Graziano, 1976). A ideia sobrevive nos pressupostos de uma parte do debate contemporâneo (Nichter, 2018), frequentemente com escorregamentos entre categorias analíticas e interpretações normativas.

Autores como Kitschelt e Wilkinson (2007) e Stokes et al. (2013) delimitaram melhor o conceito como troca política contingente de votos por serviços (e políticas

---

<sup>1</sup> “By the term local political organization, I refer not to the affective ties linking citizens with their communities but, instead, to the efforts of a community’s political leaders to deliver blocs of votes to candidates the leadership prefers” (Ames, 1994, p. 95)

públicas) em que eleitores/clientes estão submetidos a alguma forma de monitoramento pelo qual poderiam ser identificados e punidos. Entretanto, os principais problemas da aplicação contemporânea do conceito dizem respeito à expansão do acesso a políticas sob o signo da cidadania com escassa ou nenhuma mediação, assim como as enormes dificuldades de monitoramento colocadas por contextos urbanos democráticos de massa. A resposta da literatura a tais problemas tem sido o estudo do papel dos *brokers*, tanto em formas variadas e mais sutis de monitoramento, como na mediação que realizam no acesso a políticas.

Outro problema do conceito de clientelismo foi identificado por Borges (2021) ao estudar o semiárido da Bahia. A autora criticou a abordagem da literatura sobre as lógicas que operam do lado dos clientes/eleitores, limitando-as a um cálculo econômico em função da situação de pobreza que não leva em conta os sentidos que os atores atribuem às suas ações. Segundo Borges (2021), eleitores aceitam votar nos políticos não por medo de corte nos benefícios que recebem, mas para ganhar, junto a eles, poder simbólico e estrutural nas negociações em torno de demandas da comunidade.

Em anos recentes, estudos têm avançado bastante na direção de melhor compreender a natureza dessas relações em estudos sobre a América Latina (Ayuro 2000; Rivadulla 2012), Índia (Auerbach, 2019) e o Brasil. Nesses estudos, a ideia preconcebida de “patrão” dá lugar à operação concreta da política por atores inseridos em tramas de relações sociais e institucionais, notadamente vereadores e suas atividades para além da produção legislativa (Kuschnir, 2000; Rocha e Silva 2017; D’Ávila Filho et al. 2014). Apesar da contribuição dessa interpretação recente, tanto no Brasil quanto no exterior, essa literatura não conecta as práticas, ações e relações analisadas em nível local com o funcionamento do sistema político como um todo. O esforço desenvolvido a seguir aproxima essas duas dimensões.

## **2. Observando o fenômeno por outro ângulo: a rede territorial de mobilização**

Entender o papel que partidos têm na arena eleitoral e como isso é produzido requer certo realinhamento da literatura a ser mobilizada. Embora alguns autores tenham tratado dessa combinação, o fizeram assumindo as mesmas premissas de divisão binária entre a explicação partidária e a hipótese distributivista que tem guiado os estudos legislativos brasileiros. Embora tenhamos aprendido sobre aspectos cruciais da política com esse debate, nossa compreensão tem também sido limitada sobre os mecanismos da mobilização política em si, e sobre seus efeitos sobre a coordenação partidária. O

fenômeno pode ser melhor entendido se observado de outro ângulo, partindo da estrutura de relações constituída nos territórios permanentemente, e não apenas no momento eleitoral.

Sustentamos que a coordenação interna aos partidos acontece por meio de redes políticas multinível enraizadas na mobilização política territorial realizada por políticos locais e seus associados. As conexões entre níveis são realizadas pelo pertencimento a grupos políticos internos aos partidos, assim como por alianças que ultrapassam suas fronteiras. Em ambos os casos, essas conexões se materializam nas chamadas dobradas eleitorais, conectando em graus variados de formalização em uma mesma eleição candidatos (e representantes) de diferentes níveis. Através dessas, candidatos dividem custos, e organizam e compartilham equipes e material de campanha.

Nessas redes, devemos destacar agentes - vereadores e brokers - que as literaturas sobre coordenação partidária e eleições largamente negligenciado, exceto pelos debates sobre clientelismo. Entretanto, dado o viés normativo desta última, mesmo suas análises mais sofisticadas acabam por considerar que tais atores corrompem a dimensão institucional da representação/mobilização eleitoral, quando na verdade, são uma parte central da sua operação em certos contextos.

Embora todos os municípios tenham Câmaras Municipais e vereadores, a atuação desses atores na mobilização territorial é específica de grandes cidades, como já comentado na introdução. Em municípios menores, vereadores, e até mesmo prefeitos, tendem a desempenhar funções de broker. Seja porque a taxa de representação por vereador é alta (aprox. 160.000 eleitores/vereador no caso de São Paulo) ou pela complexidade das dinâmicas de governança urbana (XXX, 2017), vereadores atuam necessariamente em grandes cidades a partir uma rede capilarizada de assessores (formalmente contratados ou não) que, seguindo a literatura internacional, chamaremos de *brokers*. Aqui, contudo, eles assumem uma conotação meramente analítica, afastando o sentido normativamente negativo a eles associado pela literatura sobre clientelismo. Ao contrário do que sustenta tal literatura, a atuação legislativa é complementada (e não oposta) à territorial, e ocorre de maneira sistemática durante todo o período de incumbência e não apenas no momento eleitoral. Esse é um fenômeno geral, presente em todos os partidos políticos do espectro ideológico.

Para compreendermos a inserção e atuação de vereadores e brokers, assim como a relação com territórios e partidos, devemos começar pelas lógicas de gabinetes e mandatos parlamentares. Os primeiros são institucionalmente definidos e designam a

estrutura formal de recrutamento e remuneração de assessores pela Câmara Municipal. Os segundos dizem respeito a uma categoria nativa, dos próprios atores no campo, que assim designam o grupo político de apoio ao vereador. Este, embora englobe e seja em parte sustentado a partir do gabinete, é maior do que aquele e opera com transferências informais de recursos. É possível, inclusive, que um mandato se mantenha sem gabinete, quando um incumbente não se reeleger, como veremos mais adiante. Os recursos para sustentar mandatos provêm das verbas dos gabinetes, pelas quais cada parlamentar pode contratar certo número de assessores (aqui considerados um tipo de broker), mas sobretudo da operação informal conhecida como *rachadinha*, pela qual assessores formalizados entregam parte do salário para outros não oficialmente contratados. Isso permite multiplicar o número de assessores oficiais em muitos outros, quando aplicados integralmente para a contratação de mais assessores. Obviamente a prática pode também representar uma forma de enriquecimento ilícito, quando recursos são desviados para o próprio parlamentar ou seus proxis. Os recursos são também provenientes da formação de caixas-dois alimentadas por estratégias diversas, desde corrupção de capitais do urbano interessados em leis específicas, até o limite tênue entre contribuições involuntárias e “*vaquinhas*” de assessores. Todas essas práticas são ilegais, mas são também amplamente difundidas nos partidos, e em muitos dos casos não visam o enriquecimento ilícito do parlamentar.<sup>2</sup>

A estrutura de *brokerage* é composta pelo que XXX (2020) denomina *macro* e *microbrokers*, distintos pelos tipos de vínculos com o mandato e pelo tamanho de suas influências sobre votos. Enquanto assessor é uma posição formal na Câmara Municipal e, portanto, uma categoria de ordem empírica, *macro* e *micro* são categorias analíticas e indicam funções na estrutura. Tomando os vereadores como pontos de partida, *macrobrokers* estão ligados diretamente a eles, sendo *microbrokers* ligados por laços secundários. Como se trata de uma classificação de posições relacionais, a escala importa. Assim, do ponto de vista de deputados federais ou estaduais com quem vereadores fazem dobradas eleitorais, vereadores operam como *macrobrokers* e seu mandato reúne o

---

<sup>2</sup> As rachadinhas têm recebido atenção crescente da mídia em função da investigação dos esquemas de corrupção da família Bolsonaro, em especial do senador Flávio e do vereador Carlos, envolvendo lavagem de dinheiro e organização criminosa, pelo qual os políticos contratavam funcionários fantasmas e usavam o valor de suas remunerações em benefício próprio. Esses casos têm reforçado a associação da prática a corrupção sistemática. Nem sempre esse é o caso, contudo. Para entender a operação de mandatos políticos, é preciso separar a prática de devolução de uma parte do salário dos assessores em si, do seu uso. Isso porque rachadinhas são generalizadas, em especial em grandes cidades, onde os políticos necessitam de amplas redes territoriais de mobilização política.

conjunto de microbrokers. Para facilitar a leitura, contudo, fixaremos ao longo do artigo macro e microbrokers para nomear as equipes de vereadores.

Essa relação vertical tem sido analisada colocando prefeitos em destaque ao serem apontados como “cabos eleitorais” de deputados (Fisch, 2019; Barone, 2014). O termo cabo eleitoral, contudo, ajuda pouco a entender posições nessa estrutura e carrega uma conotação pejorativa ligada à noção de clientelismo, além de sugerir um caráter efêmero. No mundo da política, ele é frequentemente designa quem “*só entrega panfleto*” e não está comprometido com o mandato, nem possui vínculos significativos que possam se converter em votos. Apesar da instabilidade e imprecisão conceitual, a referência a prefeitos como cabos eleitorais tenta indicá-los como brokers, definição relacional que pode ser aplicada para analisar o grupo político que orbita em torno do prefeito e ajuda a conectar os territórios habitados pelos eleitores às eleições nacionais.

Embora tenhamos optado por manter constante a terminologia, essas relações costuram vários níveis dinamicamente. Enquanto macrobrokers, de modo geral, objetivam tornar-se vereadores, microbrokers, conforme fazem crescer sua influência no território,<sup>3</sup> podem cercar-se de outros microbrokers de influência ainda mais localizada e almejar se tornarem macrobrokers, preferencialmente remunerados oficialmente em um gabinete. Em todos os casos, a lógica da carreira ascendente se dá aumentando o território (de relações e físico) de influência. Ao ascenderem, obtém recursos mais amplos para remunerar pessoas ligadas a eles nessas cadeias de vínculos políticos.

As campanhas eleitorais são eventos centrais para fortalecer essas estruturas, por: (1) fazer crescer a quantidade de vínculos; (2) injetar recursos de campanha no grupo político; (3) testar os vínculos atualmente existentes e (4) formar ou fortalecer alianças que aumentem seu tamanho nas eleições municipais e ofereçam alguma segurança de cargos em mandatos, no caso de derrota. O suposto de uma parte da literatura de que não há incentivos para o nível local colaborar em eleições de outras instâncias federativas desconhece e não leva em conta a operação dessa estrutura. Esses são os motivos pelos quais brokers e vereadores se empenham (intensamente) nas campanhas de deputados.

A campanha eleitoral de deputados aumenta e fortalece os vínculos territoriais de vereadores e brokers porque brokers tornam-se coordenadores regionais de campanha e microbrokers coordenam equipes localizadas, compostas por pessoas já conhecidas e outras que os conhecidos vão trazendo como numa bola de neve. Cabe a essas equipes as

---

<sup>3</sup> O mesmo raciocínio de ascensão na carreira pela expansão do território de apoio e das redes de mobilização abaixo de si pode ser aplicada para prefeitos, que querem virar governadores, deputados ou senadores.

ações de divulgação cotidiana, como entrega de materiais informativos, santinhos, disparo de mensagens *Whatsapp* de promoção de candidaturas etc. A contratação dessas equipes aproxima e mobiliza pessoas com os quais macro e microbrokers não tiveram oportunidade de estreitar laços ao longo do mandato e injeta uma quantidade significativa de recursos<sup>4</sup>, o que é um incentivo em si. Como veremos, as razões pelas quais cada broker decide entrar em uma campanha, e não em outra, envolvem a confiança em quem convida. O vínculo de confiança, inclusive, atenua a tensão sempre presente em quem faz campanha, dado o risco de não receber pelo trabalho desempenhado uma vez findada a eleição, em especial no caso de derrota. A confiança usualmente é proporcional ao tempo de trabalho conjunto já realizado, à presença de relações de amizade e ao pertencimento ao mesmo grupo político no interior do partido.

As campanhas de deputados federais e estaduais funcionam para vereadores e brokers como testes (3) porque no âmbito das variáveis que conseguem controlar, o resultado eleitoral é para eles uma função da injeção de recursos na rede de vínculos existente. Importa ao vereador saber quantos votos um macrobroker traz em determinada zona eleitoral porque isso tende a posicionar o broker e o território com maior ou menor primazia na disputa pelos recursos na eleição municipal subsequente. Analogamente, o macrobroker consegue mapear quem “*veio junto*” na campanha, de modo a decidir onde intensificar o trabalho e onde não vale a pena investir esforços nos próximos anos. Uma parte do monitoramento buscado pela literatura se associa a esses cálculos, mas como mandatos, microbrokers e eleitores não são distinguidos, o monitoramento dos microbrokers é tratado de forma análoga ao que “*patrões*” teriam com eleitores. A complexificação dessa estrutura sugere que, se houver monitoramento, ele acontece de forma muito mais sutil, indireta e incompleta do que a literatura sobre clientelismo supõe.

No caso dos vereadores, interessa colocar sua equipe à disposição de campanhas de deputados pela expectativa de acessos facilitados a outros níveis, pelos acordos de troca de apoio ou votos na eleição seguinte (inclusive dobradas), quando deputados retribuem “*emprestando*” sua rede de brokerage, assim como pela construção de vínculos que permitam apoios mútuos em caso de derrotas eleitorais, alocando seus principais brokers em gabinetes de deputados.

---

<sup>4</sup> O cálculo médio com o qual os vereadores trabalharam na última eleição municipal em SP é de R\$ 100 de custo por voto, incluindo a impressão de material e contratação de pessoal. Considerando a média de 30 mil votos que tendia a fazer um vereador eleito pela fórmula anterior ao fim das coligações para cargos proporcionais, estamos falando da movimentação de 3 milhões de reais por campanha por vereador.

### **3. A construção e mobilização de alianças e dobradas eleitorais em São Paulo**

Partimos de entrevistas em profundidade e de observação participante para descrever e analisar, a partir de agora, a rede de mobilização política de um vereador de um dado partido em um de seus principais territórios no diz respeito às dobradas eleitorais da eleição de 2018. De forma entendermos não apenas a estrutura, mas também a dinâmica da rede, são também analisadas as transformações ocorridas com as alianças na eleição de 2020. A rede articula vínculos locais (embora não necessariamente clientelistas) com vínculos partidários (embora não necessariamente em coordenação de instâncias decisórias). Duas importantes advertências: a rede não corresponde à rede completa de mobilização do partido (pois havia vários outros candidatos), desse político (pois ele mantinha outras redes locais similares a essa em outros territórios), nem desse território (pois também havia ali outros partidos, candidatos e brokers).

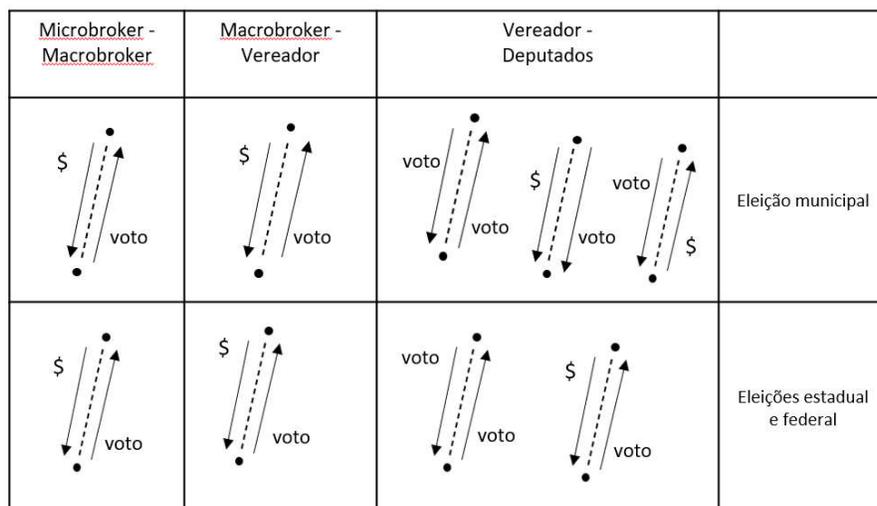
Entretanto, a delimitação dos vínculos e sua estrutura nos permitem descrever analiticamente elementos centrais da operação da mobilização político-eleitoral na base das eleições brasileiras, ainda ausentes na literatura. Os resultados problematizam as relações entre candidatos de escalas distintas (e, secundariamente, entre partidos), o papel dos brokers, e mais amplamente a categoria clientelismo, recentemente retomada pela literatura.

Os dados têm origem em pesquisa mais ampla (XXX 2022), na qual acompanhamos durante três anos o cotidiano de dois mandatos parlamentares (de partidos diferentes ideologicamente) a partir de um de seus brokers, além de realizarmos entrevistas em profundidade com 42 pessoas de diferentes partidos, sendo sete vereadores, 18 outros brokers, quatro chefes de gabinete de vereadores, dois deputados estaduais, um deputado federal, seis burocratas e quatro ex-secretários municipais. A escolha dos entrevistados seguiu procedimentos de bola de neve, mas ao mesmo tempo reproduziu um quadro abrangente dos fenômenos observados e triangulou informações. Essa ampla pesquisa qualitativa permitiu identificar, estruturalmente, como mandatos parlamentares, gabinetes e partidos se relacionam. Um desses mandatos parlamentares acompanhados de perto pertence ao “partido A” com importância no cenário federal e da cidade de São Paulo, focado neste artigo. Nomes foram ocultados ou modificados para preservar a identidade das fontes, considerando o caráter sensível de algumas informações.

Os vínculos da rede foram mapeados partindo do vereador Travassos, e seguindo as alianças e conflitos de mobilização política eleitoral indicados pelos atores entrevistados e observados. Como em toda rede, apareceram no mapeamento vínculos periféricos no próprio território e em outros territórios da cidade, cujas histórias apenas foram perseguidas caso importassem à compreensão da delimitação da rede em questão. A rede inclui em 2018 três candidatos ao cargo de deputado federal, três ao cargo de deputado estadual, dois vereadores e seus macro e microbrokers considerando as duas eleições analisadas. Considerando a reciprocidade das práticas de apoio político, os vínculos foram todos considerados como recíprocos.

Podemos considerar que recursos financeiros e mobilização de pessoas que se apresenta no momento eleitoral na forma de votos estão sempre presentes na troca. No entanto, o conteúdo do que é trocado varia conforme a direção do vínculo. A figura abaixo esquematiza o conteúdo das trocas em cada situação.

Figura 1 – A troca de voto e dinheiro em eleições municipais, estaduais e federais



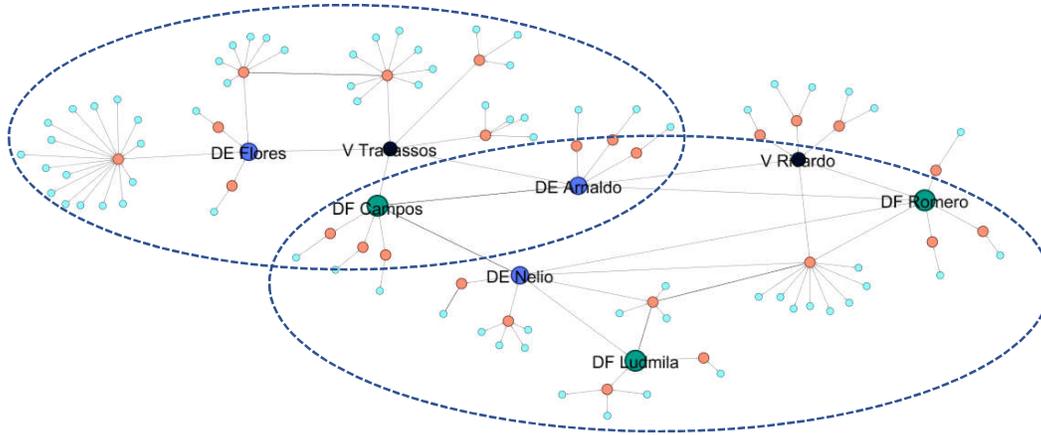
Fonte: elaborado pelos autores

Os vínculos de microbrokers e macrobrokers conduzem votos do primeiro ao segundo, e recursos em sentido contrário. O mesmo padrão se repete entre macrobrokers e vereadores, e entre aqueles poucos macrobrokers que se vinculam diretamente com deputados. Quando a aliança é construída na base por macrobrokers, em geral o que é trocado é voto: em uma eleição federal um vereador apoia o deputado, retornando o apoio em dois anos. Entre políticos, o conteúdo do que é trocado depende do acordo específico. Em eleições federais e municipais, políticos podem trocar votos por recursos para

remunerar a rede de mobilização que um político de um nível empresta a outro (portanto sobem votos mobilizados pelo vereador e descem recursos do deputado, por exemplo), mas também podem ocorrer trocas de votos sem trocas de recursos, para cumprimento de alianças passadas ou criando expectativas futuras. Quem paga a equipe de vereadores para fazer campanha de deputados em geral é o deputado, mas quando a eleição é municipal, diversas vezes são também os deputados que ajudam vereadores, remunerando seus operadores políticos na eleição local, ainda que isso não fique explícito nas prestações de conta oficiais de campanha. Existe, em geral, assimetria entre os recursos disponíveis para vereadores e deputados no momento eleitoral, o que se deve a acordos internos aos partidos sobre a distribuição de recursos, mas também às diferentes capacidades de mobilizar recursos de caixa-dois nos níveis municipal, estadual e federal.

O sociograma a seguir representa a estrutura de mobilização política analisada. A análise conta ainda com um segundo retrato temporal, marcado pelas mudanças trazidas com as alianças na eleição de 2020. A rede inclui 106 nós, sendo 73 microbrokers, 27 macrobrokers, 8 candidatos, conectados por 220 vínculos. Na representação gráfica dos sociogramas, os nós representam, respectivamente: azul claro - microbrokers; laranja - macrobrokers; pretos - vereadores; azuis - deputados estaduais; e verdes - deputados federais. Os nós também estão etiquetados como mb (microbroker), MB (macrobroker), V (vereador) DE (deputado estadual), DF (deputado federal). No caso de representantes, as cores indicam candidatos ao cargo naquela eleição ou incumbentes naquele momento quando se tratar de outro nível, por exemplo: vereadores em 2018 são incumbentes enquanto os indicados como deputados disputam o cargo (embora muitos sejam também incumbentes). Em 2020 isso se inverte. Como podemos ver, há nitidamente duas regiões distintas da rede com atividade mais intensa, acima à esquerda e abaixo e à direita, conectadas pelo pertencimento de DE Arnaldo e DF Campos a ambas (marcadas com elipses tracejadas).

Figura 2 – Sociograma rede de mobilização política do vereador Travassos do Partido “A” em certo território, 2018



Fonte: elaborado pelos autores

Representantes eleitos – vereadores e deputados - se relacionam diretamente, mas é a partir deles que se conectam macrobrokers, que por sua vez se ligam a microbrokers. Apenas em dois casos há conexões diretas entre macrobrokers, e não há nenhum vínculo entre microbrokers. As maiores quantidades de conexões diretas (chamadas tecnicamente de grau) envolvem um deputado federal e dois deputados estaduais (ambos com 7 vínculos), seguidos do próprio Travassos (6 vínculos). Quatro macrobrokers são compartilhados por mais de um candidato, sendo dois deles por vínculos indiretos e dois de forma direta. O número de microbrokers vinculados a cada macrobroker varia bastante, desde um único em vários casos até 8 e 16 nos macrobrokers de maior capacidade de mobilização da rede. Como já citado, esses tramos da rede crescem com o tempo de incumbência, o trabalho de mobilização do macrobroker, e os recursos disponíveis. Estão representadas 10 dobradas, 3 entre deputados estaduais e vereadores, duas entre deputados federais e vereadores e 5 entre deputados federais e estaduais. O candidato a deputado estadual Arnaldo é quem aparece em maior número de dobradas (4), sendo duas com deputados federais e duas com vereadores (que disputam entre si cargo nessa eleição).

A seguir narramos histórias associadas à construção e à mobilização de vínculos da rede, permitindo uma discussão de como as práticas dos agentes locais a constroem e transformam. Alguns personagens já aparecem identificados no sociograma anterior e outros são localizados nos detalhes do sociograma explorados a seguir.

**(a) Colocando a questão: como são estabelecidas alianças eleitorais?**

Eram nove da manhã de um domingo chuvoso de julho, aquecido apenas pelos preparativos da campanha eleitoral de 2018. Um total de 245 pessoas se reuniam no pátio da escola de um bairro periférico para ouvir o que tinham a dizer os cinco homens e uma mulher alinhados no palco. Estavam posicionados, da esquerda para direita, o deputado federal (DF) e pré-candidato à reeleição Campos, o pré-candidato a deputado estadual (DE) Flores, o vereador (V) Travassos e em seguida três brokers: Matheus, dona Célia e Júlio. Júlio é macrobroker (MB) do vereador Travassos enquanto Matheus e dona Célia são microbrokers (mb) ligados a ele.

Júlio (MB), o responsável por organizar o evento, abriu a reunião elencando as melhorias trazidas à região e resumiu da trajetória de criação de vínculos com os moradores de bairros adjacentes ao seu, explicando aquela escola tão cheia:

*“Devido a esse trabalho que nós vínhamos fazendo, nós fomos convidados por várias outras comunidades pra estender esse trabalho pra outros bairros”.*

Ao longo dos aproximadamente 20 minutos em que discursou, Júlio distribuiu os créditos e as responsabilidades, sempre relacionadas às atribuições de cada nível de governo, passando pelo prefeito e pelo governador e pelos candidatos para quem fazia a presente campanha. Mais importante, conectou a necessidade de representação do bairro com conteúdos de política pública, e delimitou seu grupo político e a rede de apoios ao bairro e suas causas:

*“Está aqui o deputado Campos, que defende o povo lá no Congresso Nacional. Também no plano estadual, nós precisamos eleger quem tem comprometimento com nossas causas. Nós estamos aqui do lado da represa. É nosso principal manancial e se nós não tivermos ações efetivas de sustentabilidade pra garantir água pras gerações futuras, estaremos com o futuro comprometido (...) Então nós precisamos eleger deputados estaduais como o Flores (...) E, com relação à questão municipal, temos aqui o companheiro Travassos, eu sou colaborador do gabinete dele. Na última reunião que ele veio aqui, nós conseguimos algumas coisas, as quais eu vou discorrer agora (...)”.*

Colocando-se como “*colaborador*” de Travassos e lembrando o que “*nós conseguimos*”, Júlio reafirmava que pertencia àquela comunidade e lutava por ela ao passo que Travassos (V) e os deputados vinham de fora, mas eram bem-vindos porque comprometidos com suas causas. Isso valorizava sua posição de intermediação ao mesmo tempo em que justificava e legitimava a atuação dos candidatos ali.

Em seguida, Júlio (MB) passou a palavra para Matheus (mb) e dona Célia (mb). Observar o que se desenrolou ali era como estar diante da abertura de uma Matrioska (a tradicional boneca russa). Os microbrokers falaram de sua confiança no trabalho do macrobroker; o macrobroker apresentou um quadro geral, mas centrou foco no vereador ao discorrer as ações do mandato de Travassos (V). O vereador, por sua vez, introduziu os deputados como defensores das causas do bairro e como legítimos destinatários da confiança (e do apoio) dos eleitores. Estabelecia-se, assim, uma conexão entre bairros localizados na periferia sul da cidade de São Paulo e o Congresso Nacional.

O que levava um vereador a apoiar deputados, e por que Campos (DF) e Flores (DE) e não outros candidatos? Em outras palavras, como e por que são estabelecidas essas alianças? A seguir selecionamos um subconjunto de vínculos de políticos em dobradas eleitorais cujas explicações lançam luz simultaneamente sobre *o que explica a rede de vínculos e o que essa rede explica*.

### **(b) Relações construídas entre macrobrokers e mantidas por cima**

No início dos anos 2000, o mesmo Júlio da história anterior trabalhava com Silas em uma companhia de ônibus respectivamente como motorista e cobrador. A amizade se intensificou quando participaram de uma chapa para disputar o sindicato dos condutores, mas perderam a disputa e foram demitidos da viação. Precisando de emprego, por meio de um conhecido em comum, Júlio e Silas foram convidados para participar do mandato do um vereador para quem já tinham feito campanha como microbrokers.<sup>5</sup> Permaneceram nesse mandato até 2012, quando esse vereador perdeu a eleição. Para acomodar seus principais brokers após a derrota eleitoral, o ex-vereador recorreu a colegas do partido em busca de cargos e repasses financeiros, prática muito comum nos mais variados partidos, o que aparece com facilidade nas entrevistas. É de Júlio um trecho de fala bastante ilustrativo:

---

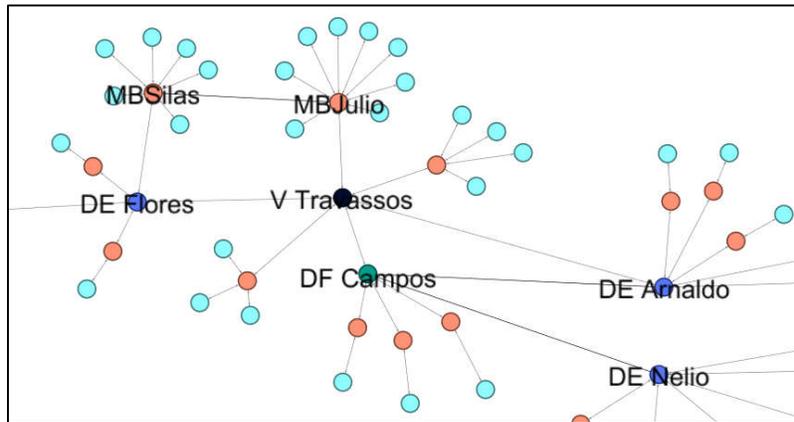
<sup>5</sup> Esse vereador não está representado do sociograma pois isso ocorreu antes da campanha de 2018. Dessa história restou o vínculo entre Júlio e Silas, que nos ajuda a entender a dobrada eleitoral entre Travassos (V) e deputados em 2018.

*“Os deputados e os vereadores eles se potencializam, um ajuda o outro. Se o cara perdeu eleição ele vai ficar pelo menos dois anos sem mandato, mas se ele tem um potencial, tem uma estrutura, os deputados estadual e federal vão ajudando. Obviamente que você não vai ter as mesmas condições que você teria com o mandato seu, mas geralmente os parlamentares te disponibilizam a estrutura mínima e você mantém ali uma estrutura mínima e vai tocando”*  
[Julio em entrevista, dezembro de 2018].

E foi assim que Silas (MB) foi trabalhar no mandato de Flores, que era então vereador e aparece no sociograma como candidato a deputado estadual em 2018. Enquanto Silas (MB), trabalhando para Flores, assumiu um cargo na subprefeitura local, Júlio (MB) seguiu com o vereador para quem trabalhava, embora não mais vinculado a um gabinete. Para sustentar Júlio (MB), esse vereador recorreu a repasses financeiros informais provenientes de um deputado federal do partido, mas como broker sem mandato, Júlio dispunha de pouquíssimos recursos para fazer política. Não conseguia emendas para o território em que atua nem dispunha de um canal aberto com o Executivo, exceto por Silas, de quem passou a depender para conseguir trazer políticas e melhorias para a região. Alguns anos depois, o quadro se inverteu, Flores não foi reeleito vereador e Silas perdeu o cargo ao passo que Júlio passou a integrar o mandato de Travassos. Em 2018, quando apareceu a chance de retribuir ao amigo a ajuda que recebeu durante aquele difícil período pessoal e de atuação política, Júlio não aceitou fazer campanha para o candidato a deputado estadual Arnaldo, embora Travassos o tenha apoiado como dobrada prioritária em toda cidade. Decidiu fazer campanha para Flores, com quem o amigo Silas continuaria trabalhando, se eleito.

A figura a seguir apresenta o mesmo sociograma de 2018, mas destacando as dobradas que o vereador Travassos apoiou, assim como a relação entre Júlio com Silas (acima, à esquerda), que densifica o vínculo entre Travassos (V) e Flores (DE) desde baixo. Isso quer dizer que conexões (políticas, mas também pessoais) entre macrobrokers explicam a existência de apoios eleitorais entre candidatos.

Figura 3 – Apoios eleitorais a partir de Travassos



Fonte: elaborado pelos autores

Esse apoio eleitoral construído desde baixo, ou seja, entre macrobrokers foi aceito por Travassos (V) porque, segundo o vereador, “*não dá pra obrigar assessor a fazer campanha pra alguém que ele não quer, que ele não vai fazer direito*”. Quando se trata de um político que o vereador faz questão de apoiar, a aliança na eleição funciona melhor se é colocada desde o começo da contratação do broker. Esse é o caso da relação entre Travassos e Campos (que aparece logo abaixo de Travassos no sociograma), que há mais de uma década se consideram “*um único mandato*”, “*os assessores de um são do outro também*”. Essa pareceria estável, que atravessa eleições fortalece ambas as candidaturas, mas é uma situação muito difícil de alcançar. “*É um sonho*” nas palavras de um outro vereador entrevistado [Partido B, maio de 2019].

Flores e Travassos, embora não participem do mesmo grupo político dentro do partido, aceitaram o acordo construído desde baixo por Silas e Júlio porque houve a promessa de troca de apoio na eleição seguinte: em 2020, Silas prometeu 3 mil votos para Travassos, valor equivalente ao que Júlio havia prometido em 2018 para Flores. “Prometer voto”, um termo nativo, significa o total de pessoas que o macrobroker estima conseguir mobilizar e influenciar direta ou indiretamente (via microbrokers). Com base nessa estimativa são feitos os acordos. Ocorre que, paralelamente, em 2018, Flores e o então macrobroker (que operava em outra região) Rubens trocaram 10 mil votos<sup>6</sup>: Rubens apoiaria Flores com 10 mil votos em 2018 e Flores retribuiria nas eleições municipais de 2020, quando o macrobroker Rubens se candidataria ao cargo de vereador. Flores cumpriu parcialmente o acordo, apoiando em 2020 apenas a Rubens em toda a cidade,

<sup>6</sup> A quantidade de 10 mil votos é surpreendente e se explica pela capacidade de mobilização desse macrobroker, que atingiu tal patamar que conseguiria, como de fato fez, se candidatar a vereador.

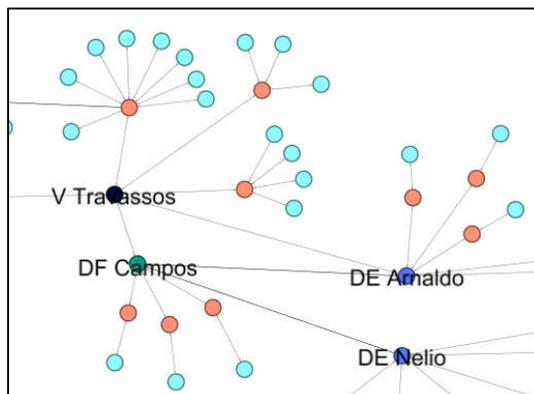
exceto nos territórios em que Silas e Júlio haviam fechado acordo com o mandato de Travassos. Findada a eleição municipal de 2020, como Rubens não se elegeu por poucos votos, bem menos do que Silas e Júlio poderiam ter oferecido a ele, criou-se “*um mal-estar*” entre Rubens e Flores que, se não for resolvido, tende a dificultar a formação de uma aliança nas próximas eleições, apesar de serem do mesmo grupo político no partido.

**(c) Um apoia vários e vice-versa**

A autonomia de Júlio para decidir quem apoiaria na sua região não prejudicou as dobradas prioritárias em outras áreas, preservando o apoio de Travassos a Arnaldo (DE) e a Campos (DF) a partir da atuação de outros brokers. Quando a dobrada é prioritária, ela recebe mais recursos de campanha e material comum a ambos os candidatos, incluindo por vezes também uma foto do vereador. Em alguns casos, até mesmo o macrobroker consegue a impressão de um material de campanha com o seu rosto estampado junto aos candidatos que ele apoia. Isso tem um impacto importante, pois o eleitor localizado na base dessas redes de mobilização conhece o broker, mas não o deputado federal.

Os candidatos a deputado estadual e federal, além de evidentemente terem apoios de outros mandatos em outras cidades do estado, contam também com múltiplas dobradas em uma mesma cidade. Da mesma forma que um vereador pode apoiar diferentes deputados federais e estaduais, também os deputados estaduais são apoiados por vários vereadores e deputados federais e esses, por vários estaduais e vereadores, como mostram os recortes do sociograma seguir, em que Campos (DF), além de apoiar Arnaldo (DE) também apoia Nélio (DE) como mostra a Figura 4.

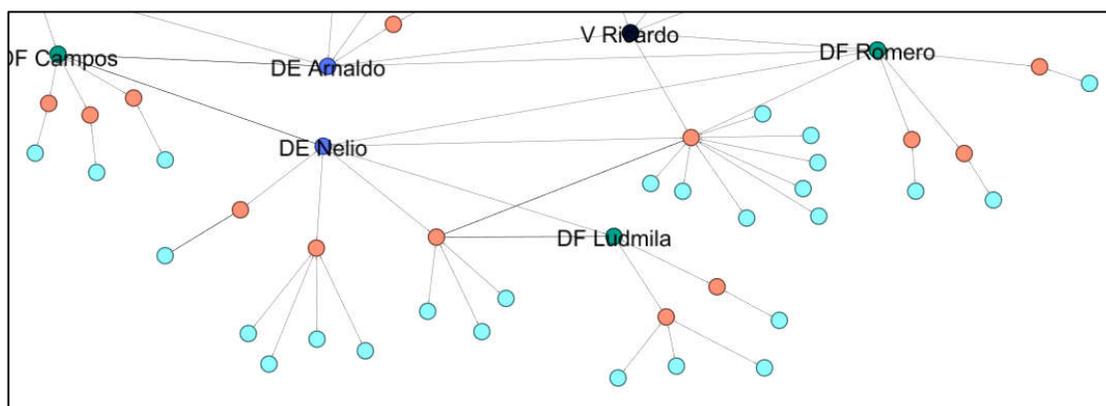
Figura 4 – Dobradas do DF Campos com dois DE e um V



Fonte: elaborado pelos autores

Nélio (DE), por outro lado, faz dobradas com Campos, além de Ludmila (DF) e Romero (DF) como mostra a Figura 5. As explicações dessas dobradas serão apresentadas na sequência.

Figura 5 – Dobradas do deputado estadual Nélio com três deputados federais



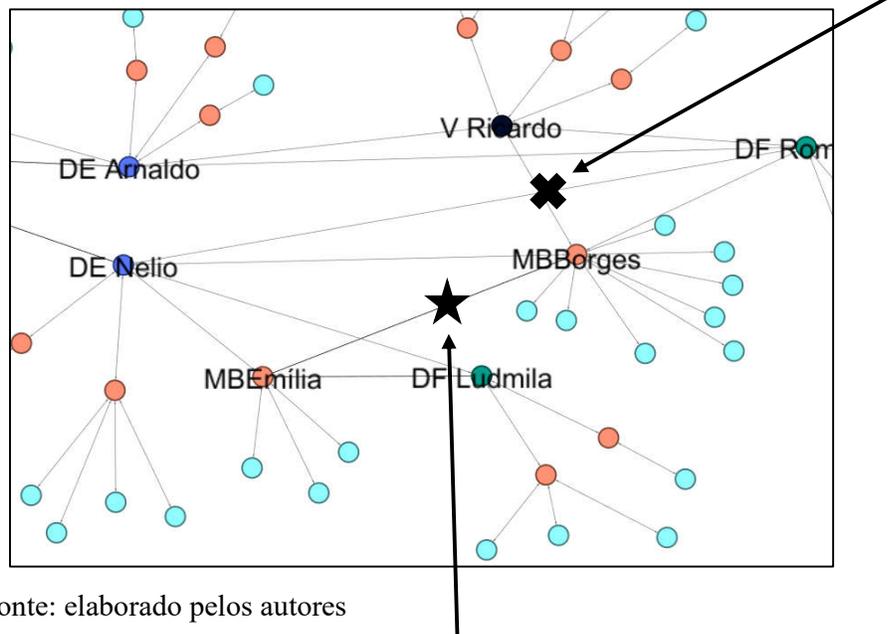
Fonte: elaborado pelos autores

#### (d) Rupturas acontecem

Arnaldo, candidato a deputado estadual que não foi apoiado por Travassos (V) na região em que Júlio (MB) preferiu apoiar Flores (DE), conseguiu fechar parceria com o vereador Ricardo, concorrente de Travassos naquela região. Em troca, Arnaldo (DE) apoiaria a candidatura à reeleição de Ricardo na eleição de 2020. A tríade de Arnaldo foi completada por Romero, candidato à reeleição como deputado federal.

Os candidatos Romero (DF) e Arnaldo (DE) esperavam aproveitar essa parceria estabelecida com Ricardo (V) nesse território para replicar a aliança em outra região da cidade, onde o vereador também conta com o mesmo grupo. Borges (MB), contudo, um broker bastante influente nessa outra região e até então membro do mandato de Ricardo, não aceitou fazer campanha para Arnaldo (DE) em função de um desentendimento antigo, embora aceitasse trabalhar na campanha para Romero (DF). Entrevistas apontam que rupturas raramente são feitas de uma hora para outra. Em consonância com esse caso, entrevistas apontam que rupturas raramente acontecem de um momento para outro, mas derivam de desgastes acumulados no tempo que acabam por aflorar. Isso gerou uma ruptura de Borges (MB) com o vereador Ricardo, que fazia questão na dobrada com Arnaldo, não apenas para reciprocidade de apoio em sua campanha em 2020, como por promessas de remuneração a outros brokers, dando como certa a reeleição do deputado. A ruptura é indicada com “x” na Figura 6.

Figura 6 – Ruptura entre Borges (MB) e Ricardo (V) e formação de novos apoios



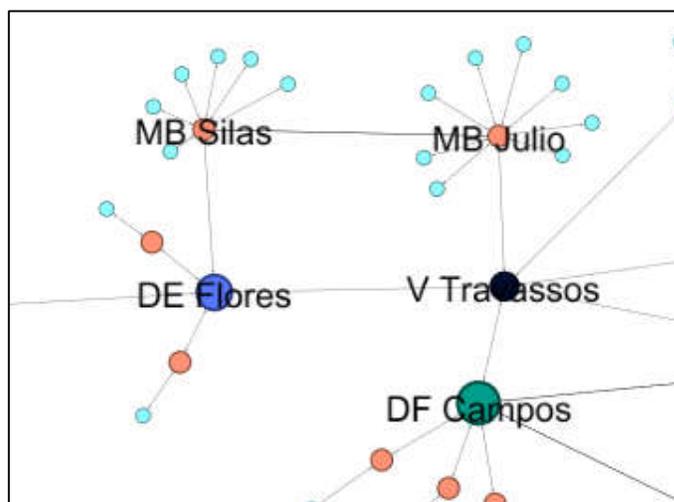
Fonte: elaborado pelos autores

A partir desse momento, Borges (MB) passou a operar nas eleições sem estar atrelado a um mandato específico, confiante em sua capacidade de entregar votos pela quantidade de microbrokers vinculados a ele, capacidade reconhecida por políticos do partido A. Como também mostra a Figura 6, Romero (DF) aproveitou o contato que havia estabelecido com ele para seguir com a aliança na região mesmo sem Arnaldo (DE). Para aproveitar o potencial dessa aliança - que envolvia impressão e divulgação de materiais de campanha conjuntas -, Borges (MB) propôs a Romero (DF) uma dobrada com Nélio (DE), aproveitando que Emília, sua irmã, já trabalhava no mandato de Nélio. O vínculo entre Borges e Emília aparece destacado por uma estrela na Figura.

Emília e Borges fazem parcerias entre si, mas nunca tiveram cargos no mesmo mandato. No momento eleitoral, decidem quem vão apoiar por convicções ideológicas e expectativas futuras. Para que não disputem entre si, procuram apoiar os mesmos candidatos. Em 2018, contudo, Emília queria fazer campanha para uma candidata mulher, e não aceitou fazer campanha para Romero (DF). Assim, acabou sendo a responsável pela construção da dobrada de Nélio (DE) com a então vereadora e candidata a deputada federal Ludmila, também indicado na Figura 6.

Em conjunto com a história da relação entre os macrobrokers Júlio e Silas e decisões diretamente dos políticos, podemos identificar a ocorrência de dois padrões de formação de dobradas. No primeiro caso, a dobrada eleitoral se forma pela troca de apoio entre dois macrobrokers na base, em que o primeiro MB não apoia diretamente o candidato do segundo MB, mas o apoia por meio deste e o apoio é aceito pelos políticos. Neste caso, temos a representação visual de um quadrilátero MB-DE-V-MB (Figura 7).

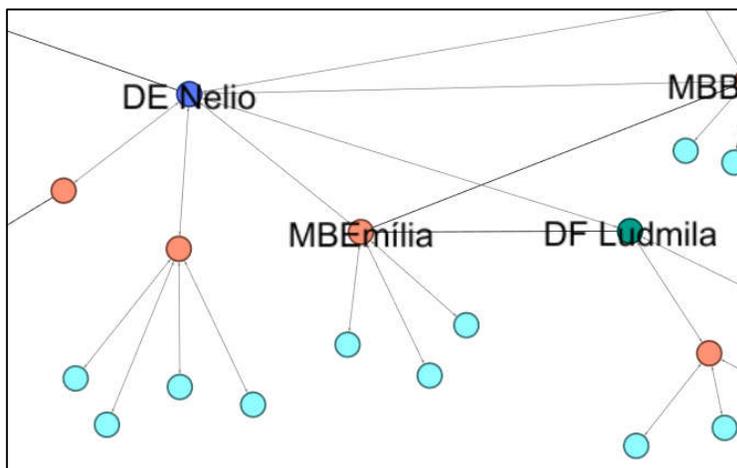
Figura 7 – Padrão de relação quadrilátero



Fonte: elaborado pelos autores

O segundo ocorre quando o macrobroker é responsável pela aliança política diretamente com o candidato. Essa situação pode ser ilustrada com a história do MB Borges que, ao ter rompido com o vereador, decide o deputado que vai apoiar de maneira desvinculada a um mandato. Nesse caso, aliou-se à Emília e, em conjunto, os dois MB apoiaram o mesmo candidato, formando uma tríade MB-DE-DF (Figura 8). Como em termos relacionais vereadores podem operar como macrobrokers de deputados, também se verificam tríades nos casos em que não há interferência dos operadores políticos mais localizados, fechando tríades Vereador-Deputado Estadual- Deputado Federal.

Figura 8 – padrão de tríade



Fonte: elaborado pelos autores

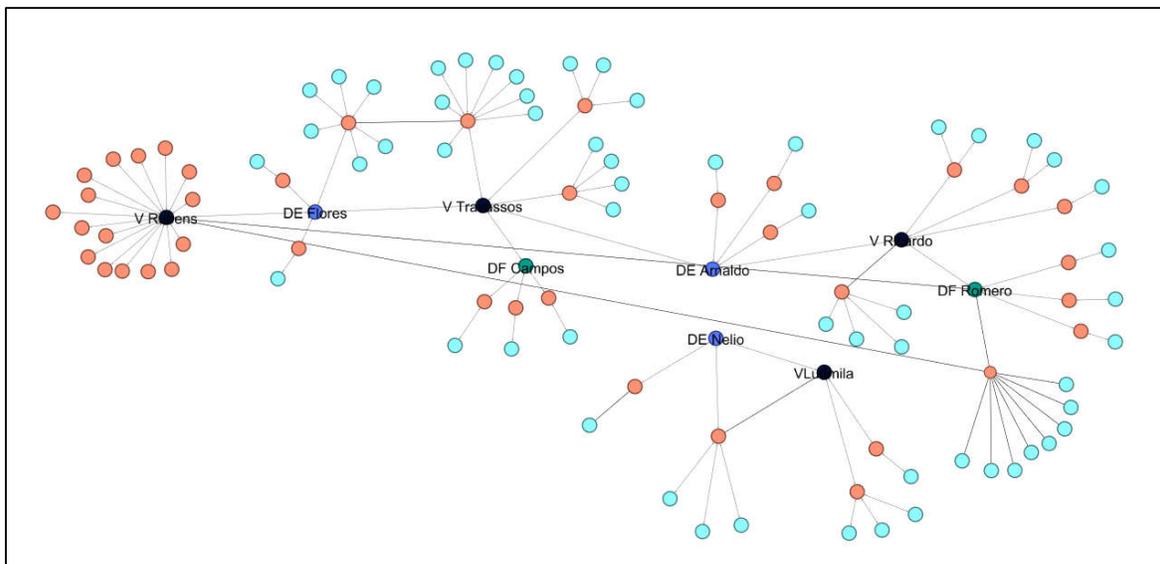
### (e) A movimentação de brokers entre 2018 e 2020

Nélcio não foi reeleito como deputado em 2018. Com isso, Emília perdeu o cargo no legislativo estadual, mas, pelo apoio que ofereceu na campanha, ganhou um cargo no gabinete de Ludmila, que também não se elegeu para deputada federal, mas voltou para a Câmara Municipal. Nesse cargo, Emília participa concomitantemente de dois mandatos, já que também foi acordado que ela deve levar o nome de Nélcio em suas ações territoriais para aumentar as chances de Nélcio na eleição subsequente. Quando Nélcio não se reelegeu, também Joca, um macrobroker com expressiva influência perdeu seu cargo. Em troca da aliança feita em 2018 com Nélcio (então DE), Romero (DF) tratou de cuidar da alocação de Joca, e para isso cobrou o favor de Ricardo (V), a quem havia apoiado. Joca passou a integrar seu mandato até 2020. Após a eleição de 2020, Ricardo não se reelegeu naquele pleito e Joca ingressou no mandato de Romero, mas já fora do nosso período.

A Figura 9 representa o conjunto das alianças na eleição de 2020, quando o circuito de apoios e relações se reconfigou levemente. À esquerda, Rubens, que era um macrobroker em 2018, aparece em 2020 com candidato ao cargo de vereador, apoiado por Flores, agora eleito deputado estadual. Além de apoiar Rubens, Flores (DE) retribuiu o apoio de Travassos na região em que Júlio e Silas costuraram o acordo em 2018. Campos e Arnaldo retribuíram o apoio de Travassos e o apoiaram em 2020; Arnaldo apoiou também Ricardo (V), que passou a contar com Joca (MB), que veio do mandato de Nélcio. Borges (MB) mais uma vez decidiu sozinho quem apoiar e apoiou Rubens, convencendo a Romero (DF) a também o apoiar em retribuição ao apoio que o próprio

Borges lhe deu em 2018. Ludmila, à direita e abaixo, que não se elegeu deputada federal em 2018 aparece em 2020 como candidata à reeleição como vereadora.

Figura 9 – Vínculos em 2020



Fonte: elaborado pelos autores

### À guisa de conclusão

Este artigo analisou a rede da mobilização política centrada no vereador Travassos do partido “A” em certo território da cidade de São Paulo, trazendo narrativas de eventos que explicam a formação dos vínculos e a construção desta rede. A identificação de tal rede, que conecta territórios específicos da cidade com cargos a vários níveis de poder é, em si, um primeiro achado importante: mesmo a eleição nacional, ao fim e ao cabo, se ancora e depende das escalas mais desagregadas do sistema político. Isso indica ser necessário integrar escalas locais no centro das análises.

Além disso, vários elementos centrais para a mobilização política afloram da análise da rede e seus vínculos. Primeiramente, o suposto de uma parte da literatura de que não há incentivos para o nível local colaborar em eleições de outras escalas desconhece a operação das estruturas concretas de mobilização política. Como vimos, brokers e vereadores se empenham nas campanhas de deputados porque esses são eventos são centrais para: (1) fazer crescer seus vínculos; (2) injetar recursos de campanha no grupo político; (3) testar os vínculos existentes e (4) formar ou fortalecer alianças em

eleições municipais e ofereçam segurança de cargos em mandatos, caso eleições sejam perdidas.

Além disso, o funcionamento da rede de mobilização demonstra que as relações pessoais são centrais na construção de apoios eleitorais. Ao contrário do que sugere o termo “coordenação partidária” comumente utilizado na literatura, tais apoios não acontecem por uma imposição hierárquica de lideranças partidárias, do deputado para vereadores ou mesmo do vereador para o broker. As alianças eleitorais que resultam em dobradas, embora realizadas no escopo partidário, são vetores resultantes de relações construídas no tempo e espaço de forma dinâmica, incluindo rupturas ou novos contatos.

As alianças também são influenciadas pelas estruturas partidárias, notadamente pela identificação com grupos políticos do partido, mas essa é uma camada que se adiciona e embrica, mas não sobredetermina. Mesmo em nossa rede de mobilização localizada, observamos alianças que cruzaram fronteiras de pertencimento a grupos políticos intrapartidários, costuradas diretamente por macrobrokers. Esses pertencem a grupos, mas seu cotidiano se situa entre as questões partidárias e o cotidiano do território, o que os leva a transitar com maior liberdade para criar alianças desde baixo que podem, inclusive, transformar os próprios grupos internos aos partidos.

Vimos também a circulação de macrobrokers entre mandatos. Como em jogos sucessivos, as decisões tomadas nas campanhas interferem na construção de mandatos futuros e nos territórios em que os políticos têm penetração. Vimos que um candidato a deputado, por exemplo, se aliou a vereador porque não tinha brokers seus atuando naquela região. O resultado das eleições, entretanto, deixou sem cargo um macrobroker influente nesse território, que foi posteriormente absorvido pelo seu mandato. Ao se movimentarem entre mandatos, brokers carregam consigo seus vínculos no território e mudam a configuração dos mandatos desde baixo, com efeitos sobre eleições posteriores.

### **Referências Bibliográficas**

- AMES, Barry. (1994), “The Reverse Coattails Effect: Local Party Organization in the 1989 Brazilian Presidential Election”. *American Political Science Review*, Vol. 88 (1): 95-111.
- ARRETCHE, Marta, (2010), “Federalismo e Igualdade Territorial: Uma Contradição em Termos?”. *Dados*, vol. 53, no 3, pp. 587-620.

- AUERBACH, Adam, (2019) *Demanding Development: The Politics of Public Goods Provision in India's Urban Slums*. Cambridge: Cambridge University Press
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C. BARONE, L. (2012), “Articulações Intrapartidárias e Desempenho Eleitoral no Brasil”. *Dados*, Vol. 55 (4): 987-1013.
- AYUERO, J. 2000, *Poor People's Politics. Peronist Survival Networks and the Legacy of Evita*. Durham: Duke University Press.
- BARONE, Leonardo. (2014), *Eleições, Partidos e Política Orçamentária no Brasil: explorando os efeitos das eleições locais na política nacional*. FGV-SP: tese de doutorado.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, A. (2021), “A new ideological classification of the Brazilian political parties”. Artigo em preprint: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2552>. Acesso em 17/10/2021. doi: 10.1590.
- CAREY, John; SHUGART, Matthew (1995), “Incentives to cultivate a personal vote: A rank ordering of electoral formulas”. *Electoral Studies*, Vol. 14 (4): 417-439. ISSN 02613794. doi: 10.1016/0261-3794(94)00035-2
- CARNEIRO, Leandro P. e ALMEIDA, Maria Hermínia T. (2008), “Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira”. *Dados*, Vol. 51 (2): 403-432
- D'ÁVILA Filho, Paulo, CERQUEIRA LIMA, Paulo; JORGE, Vladimyr. (2014), “Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004”. *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 22 (49): 39–60.
- FEREJOHN, John; CALVERT, Randall. (1984), “Presidential Coattails in Historical Perspective”. *American Journal of Political Science*, Vol. 20 (1): 127-146.
- FISCH, Arthur. (2019), *The cost of elections: articles on the campaign expenditure for federal representatives in Brazil*. FGV-SP: tese de doutorado.
- GOLDER, Matt. (2006), “Presidential coattails and legislative fragmentation”. *American Journal of Political Sciences*, Vol 50 (1): 34-28.
- GRAZIANO, Luigi. (1976), “A Conceptual Framework for the Study of Clientelistic Behavior”. *European Journal of Political Research*, Vol. 4 (2): 149–174.
- GUARNIERI, Fernando. (2009), *A Força dos Partidos Fracos: Um Estudo sobre a Organização dos Partidos Brasileiros e seu Impacto na Coordenação Eleitoral*. DCP/USP: tese de doutorado.

- KITSCHOLT, Herbet e WILKINSON, Stephen. (2007), *Patrons, clients, and policies: Patterns of democratic accountability and political competition*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- KUSCHNIR, Karina. (2000), *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP.
- MAINWARING, Scott. (1999), *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- MESQUITA, L. (2013), *Partidos e coligações: Uma análise exploratória da coordenação partidária em eleições simultâneas*. Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: Anpocs.
- NICHTER, S. (2018), *Votes for Survival*. Cambridge University Press.
- NICOLAU, Jairo. (2008), “O que 2008 Tem a Ver com 2010?” *Análise de Conjuntura*, No 12: 10-16.
- RIVADULLA, María. (2012), “Clientelism or Something Else? Squatter Politics in Montevideo”. *Latin America Politics and Society*, Vol. 54 (1): 37-63.
- ROCHA, Marta da; SILVA, Bruno. (2017), “O poder de indicar: Preferências legislativas de vereadores mineiros”. *Cadernos Adenauer*, Vol. 18 (2): 185–208.
- SAMUELS, David. (2000), “The gubernatorial coattails effect: federalism and congressional elections in Brazil. *The Journal of Politics*, Vol. 62.
- SCOTT, James. (1977), “Patron-client politics and political change in Southeast Asia”. in G. Schmidt e S. Landé (org.) *Friends, followers, and factions: A reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press: 123–146.
- SOUZA, Fabiana. (2020), *Organização Partidária e Coordenação eleitoral no Brasil*. UFScar: dissertação de mestrado.
- STOKES, Susan; DUNNING, Tad; NAZARENO, Marcelo; BRUSCO, Valeria. (2013), *Brokers, Voters, and Clientelism - the Puzzle of Distributive Politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press.